§ 1.º Para o efeito dêste artigo o agente do Ministério Público, depois de deduzida a acusação, se do processo constar a situação militar do réu, solicitará, por intermédio da Direcção Geral da Justiça, informação sobre se o réu poderá ser pôsto à disposição do tribunal, seguindo-se na parte aplicável o estabelecido no artigo 3.º e seus parágrafos.

§ 2.º Logo que as condições militares o permitam, os Ministérios da Guerra e da Marinha informarão o respectivo agente do Ministério Público que o réu pode ser pôsto à disposição do tribunal, promovendo-se então os ulteriores termos do processo.

Art. 5.º O regime estabelecido neste decreto-lei não prejudica a aplicação das disposições da lei processual aos co-réus dos militares, devendo o juiz ordenar, nos termos do § único do artigo 56.º do Código de Processo Penal, o seu julgamento em separado, salvo se considerar, em despacho fundamentado, absolutamente necessário ao esclarecimento da verdade o julgamento conjunto de todos os réus.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 27 de Abril de 1943. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Adriano Pais da Silva Vaz Serra — João Pinto da Costa Leite — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — Francisco José Vieira Machado — Mário de Figueiredo — Rafael da Silva Neves Duque.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral de Administração Política e Civil

Portaria n.º 10:378

Tendo sido publicada com inexactidões no 3.º suplemento ao *Boletim Oficial* n.º 39, 1.ª série, da colónia de Moçambique, de 8 de Outubro de 1942, a portaria ministerial n.º 35, pelo Gabinete do Ministro das Colónias, em Lourenço Marques:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, que nela se façam as seguintes rectificações:

No § 1.º do artigo 3.º, onde se lê: «... aumentar a capacidade de produção da sua destilaria...», deve ler-se: «... aumente a capacidade de produção da sua destilaria...».

No artigo 45.º, onde se lê: «... como ficou preceituado no artigo 34.º, procederão as autoridades aduaneiras, fiscais, administrativas ou policiais quanto à introdução, na província de Manica e Sofala, ...», deve ler-se: «... como ficou preceituado no artigo 33.º, procederão as autoridades aduaneiras,

ras, fiscais, administrativas ou policiais quanto à introdução, no distrito da Beira, ...».

No artigo 51.º, onde se lê: «... em Inhanguro (Vila Guilherme de Arriaga) ...», deve ler-se: «... em Inhanguro (Vila Guilherme de Arriaga) ...».

Para ser publicada no «Boletim Oficial» da colónia de Moçambique.

Ministério das Colónias, 27 de Abril de 1943. — O Ministro das Colónias, *Francisco José Vieira Machado*.

Direcção Geral de Fazenda das Colónias

1.ª Repartição

2.ª Secção

Portaria n.º 10:379

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, nos termos do § 1.º do artigo 4.º e artigo 5.º do decreto n.º 28:326, de 27 de Dezembro de 1937, abrir um crédito especial da importância de 301.940\$94, destinado a reforçar com 10.000\$, 30.000\$, 161.940\$94 e 100.000\$ as verbas do capítulo 1.º, artigo 5.º, n.º 3), alínea a), artigo 8.º, n.º 3), e artigo 9.º, n.º 1), alínea b), e n.º 2), alínea d), da tabela de despesa do orçamento da Agência Geral das Colónias para o corrente ano económico, aprovado pela portaria n.º 10:278, de 27 de Dezembro de 1942, saindo a contrapartida das disponibilidades das seguintes verbas da mesma tabela de despesa:

Capítulo 1.º, artigo 6.º, n.º 3)	10.000\$00
Capítulo 1.º, artigo 10.º, n.º 1)	60.000\$00
Saldo do orçamento de 1942	231.940\$94
	<hr/>
	3 1.940\$94

Ministério das Colónias, 27 de Abril de 1943. — Pelo Ministro das Colónias, *Rui de Sá Carneiro*, Sub Secretário de Estado das Colónias.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Instituto Português de Combustíveis

Portaria n.º 10:380

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Economia, que, ao abrigo do artigo 5.º do decreto n.º 32:440, de 24 de Novembro do ano findo, seja proibido no continente o emprêgo do alcool etílico natural ou desnaturado, como carburante, em motores de explosão de qualquer tipo.

Ministério da Economia, 27 de Abril de 1943. — O Ministro da Economia, *Rafael da Silva Neves Duque*.